

# O PENSAMENTO CONSERVADOR E AS MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO NA CENA POLÍTICA BRASILEIRA<sup>1</sup>

*Vanderlei de Castro EZEQUIEL\**

*Deysi CIOCCARI\*\**

*Cláudio Novaes Pinto COELHO\*\*\**

**RESUMO:** Este trabalho analisa o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e aponta para possíveis causas desse ódio. Além da abordagem conceitual do tema, o trabalho analisa um caso concreto de discurso de ódio. A principal orientação teórico-metodológica deste trabalho é a Análise de Discurso de linha francesa, entendendo o discurso político (Charaudeau) como enunciação de uma época. As teses da Sociedade do Espetáculo (Debord) conduzem a análise crítica do *corpus*. Concluiu-se que o discurso de ódio expressa íntima relação com o medo que permeia a disputa política entre classes e frações de classe no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso de ódio. Conservadorismo. Medo. Ódio. Espetáculo.

## Introdução

Desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, e principalmente após as grandes manifestações a favor do *impeachment* da ex-presidente, a sociedade brasileira tem presenciado episódios de violência e manifestações de intolerância

\* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PCSO). Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – vander.ce@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9055-9884>.

\*\* FCL – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo – SP – Brasil. 01310-100 – deysioccari@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-4660-1851>.

\*\*\* FCL – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo – SP – Brasil. 01310-100 – claudionpcoelho@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-4450-5612>.

<sup>1</sup> Versão revisada e ampliada de trabalho apresentado em seminário em 2016.

à opinião divergente. Prega-se abertamente o extermínio da vida dos antagonistas políticos, numa clara manifestação de ideais fascistas, muitas vezes sob a roupagem de combate à corrupção. Por trás do discurso de ódio está o medo de mudança, medo da democracia e medo do **outro** que, em última análise, traduz um conservadorismo arraigado em ideias e atitudes que almejam a manutenção do sistema político existente e do modo de funcionamento da sociedade.

Entende-se que a democracia é o sistema que pressupõe o dissenso, isto é, que a ordem democrática subentende o equilíbrio no conflito. Porém, para existir a democracia é preciso que haja respeito à singularidade e aos direitos fundamentais que as instituições e cidadãos devem ao **outro** com quem coexistem. Dessa forma, a essência da democracia é, portanto, a aceitação da pluralidade, que implica a coexistência pacífica das diferenças.

Outro pilar da democracia, a liberdade de expressão, é um direito imprescindível, garantindo o trânsito de opiniões pelo espaço público. Trata-se de um direito inalienável de todo e qualquer indivíduo de manifestar seu pensamento sem censura, conforme estabelecido pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira. É, por isso, componente essencial das sociedades democráticas, que têm na igualdade e na liberdade seus pilares.

No entanto, a liberdade de expressão não é absoluta, e não pode ser invocada para a prática de intolerância e preconceito de qualquer ordem. Também não deve ser base para a defesa do uso de expressões que caracterizam postura criminosa como a difamação e a injúria, a calúnia ou a incitação a qualquer forma de violência.

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso de ódio presente nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e apontar possíveis causas desse ódio. Para tanto, será analisado o discurso presente em cartaz exibido durante as manifestações de agosto de 2015. A principal orientação teórico-metodológica é a Análise de Discurso. O trabalho inicia com um estudo sobre o discurso de ódio, em seguida apresenta o *corpus* contendo o discurso de ódio a ser analisado. Após, expõe algumas hipóteses para a origem desse ódio. Finaliza com uma análise crítica sobre a espetacularização da política.

## Razão e medo

Thomas Hobbes (1979) – em seu clássico *Leviatã* – parte de um construto teórico estado de natureza, utilizado como metáfora para explicar como seria a vida dos homens se eles não vivessem em sociedade. Assim, os homens em estado de natureza não estão submetidos a qualquer ordenamento ou instituição superior a si, sendo todos iguais, tanto em força física como em espírito. Ou seja, igualmente aptos a matar e, por isso mesmo, vivendo a ameaça de um estado caótico, de ausência de

regras comuns, de anomia total, tendo como expressão máxima a guerra de todos contra todos. Devido às paixões humanas: insegurança, cupidez, desconfiança, e o conflito generalizado – caracterizado por um contexto de ausência de um poder capaz de estabelecer a ordem nas leis e nos valores, definindo o que é certo e o que é errado e garantindo o cumprimento da lei –, a situação de convívio coletivo torna-se inviável e a paz social não é possível. Em contrapartida,

As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho. E a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a acordo. (HOBBS, 1979, p. 77).

Assim, ao tomar consciência do perigo comum em que se encontram, os indivíduos teriam tomado a decisão racional de saírem do estado natural, entrando no estado civil. Torna-se necessária a criação de um poder indivisível que fosse capaz de conter o que há de mais perigoso nas relações humanas. Institui-se, então, o poder do Estado, que receberá o nome bíblico de Leviatã. E no centro dessa metáfora do nascimento do Estado encontra-se o medo, especificamente, o medo da morte violenta, que para Hobbes (1979) é o que permite a saída da barbárie e a entrada na civilização. Esse medo, produtor de racionalidade, parte de um impulso que, ao colocar em risco um bem essencial – a vida – estimula os indivíduos a ultrapassarem suas divergências para fundar uma ordem política, garantindo a sobrevivência de todos.

O medo também foi abordado pelos autores da Escola de Frankfurt. Já no início da obra *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) indicam a essência do conceito de esclarecimento: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e investi-lo na posição de senhores” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19). Dessa forma, o esclarecimento tem origem no medo, e também como reação a este sentimento.

Do medo o homem presume estar livre quando não há mais nada de desconhecido. É isso que determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado ao inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado. O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica. A pura imanência do positivismo, seu derradeiro produto, nada mais é que um tabu, por assim dizer, universal. Nada mais pode ficar de fora, porque a simples ideia do “fora” é a verdadeira fonte da angústia... (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 29).

Um dos sentidos presente neste conceito é o do medo perante todos aqueles processos e forças naturais que permanecem ainda não dominados, incontroláveis e

imprevisíveis. Ou seja, o medo diante de tudo o que ainda não se curvou ao domínio técnico do homem e que, por isso mesmo, o faz sentir-se indefeso, impotente, pois o agente fóbigeno apresenta-se como ameaça à conservação da vida humana. Adorno e Horkheimer (1985) procuram estabelecer a gênese e a própria necessidade de uma racionalidade instrumental voltada para a dominação da natureza como reação ao sentimento do medo. A esse respeito, dizem os autores:

Concretiza-se assim o mais antigo medo, o medo da perda do próprio nome. Para a civilização, a vida no estado natural puro, a vida animal e vegetativa, constituía o perigo absoluto. Um após o outro, os comportamentos mimético, mítico e metafísico foram considerados como eras superadas, de tal sorte que a ideia de recair neles era associada ao pavor de que o eu revertesse à mera natureza, da qual se havia alienado com esforço indizível e que por isso mesmo infundia nele indizível terror. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 42).

Segundo os autores, o homem presume estar livre do medo quando não há mais nada de desconhecido. Dessa forma, o esclarecimento só pode declarar ter vencido definitivamente o medo quando o esquema da dedutibilidade universal tiver compreendido sem resto todo o real, ou seja, a identificação da realidade com aquilo que pode ser apreendido pela matemática e a eliminação de toda a transcendência.

Para Rancière (2007), existem três maneiras de pensar a relação da razão com o medo. A primeira constitui a atitude razoável sobre o medo, ou seja, a apreensão do perigo: “a razão está em não passar para o lado do desconhecido” (RANCIÈRE, 2007, p. 59). A segunda, aquela que toma por critério a própria rejeição do medo, ou melhor, a rejeição da submissão ao desconhecido. Não existe conduta a tomar sobre o desconhecido, pois, a conduta somente se realiza naquilo que sabemos. Neste sentido, o medo só é bom para uma coisa: “povoar as regiões ignorantes de criaturas imaginárias pelas quais em compensação se ordena, com sabedoria suprema, que tenham medo e que não procurem saber por quê” (RANCIÈRE, 2007, p. 59). Por último, a terceira atitude, aquela que coloca a razão para lidar com as paixões em geral e, em particular com o medo, paixão que ameaça ao mesmo tempo “o movimento do presente em direção ao futuro e a relação do semelhante ao semelhante, a conduta das ações em direção a seus fins e a relação entre os membros de uma comunidade” (RANCIÈRE, 2007, p. 59).

## Pensamento conservador

No senso comum, explora-se a ideia de que os indivíduos são conservadores por natureza – já que, nas relações humanas e sociais, tendem a rejeitar mudanças,

resistindo ao novo. Neste sentido, o conservadorismo, mais do que uma doutrina política, estaria incrustado na essência do ser humano.

De acordo com Bobbio, Matteuci e Pasquino (1995, p. 242), na ciência política, o termo conservadorismo “designa ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”.

Historicamente, o processo de secularização e laicização do pensamento político e social europeu surge com a ascensão da burguesia. A emergência do homem burguês (do indivíduo), do individualismo e do sujeito autônomo capaz de, por sua ação, transformar a sua realidade e fazer a história, inaugura a modernidade. Em contrapartida, o pensamento conservador expressa uma alternativa à modernidade e ao pensamento progressista. A Revolução Francesa é um marco fundamental e linha divisória do pensamento político, seja conservador ou progressista.

Compreendido também como ideologia – corpo ideias com conteúdo prescritivo –, o conservadorismo surge para contrapor-se ao iluminismo e às ideias revolucionárias que pregavam a possibilidade de aperfeiçoar a vida humana por meio das transformações sociais e políticas; à crença no triunfo da razão humana; ao descaso e depreciação da autoridade, do privilégio, da hierarquia e da tradição. Para Bobbio, Matteuci e Pasquino (1995), o conservadorismo

(...) surge só como resposta necessária às teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também de alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, conseqüentemente, a felicidade [...] isto implicava o rompimento com a tradição, o que provocou fendas na consciência europeia, quer a nível cultural, quer a nível político (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1995, p. 243).

O conservadorismo também é interpretado como uma disposição da mente ou do hábito. Neste sentido, conservar seria intrínseco à natureza humana – hostil à mudança – que desconfia de tudo que é desconhecido (novo), preferindo confiar na experiência e na tradição, em lugar do pensamento abstrato e raciocínio teórico. Assim, o ser humano teria uma disposição natural em preferir os hábitos e ferramentas experimentadas e ligadas à tradição. Em termos políticos, significa preferir sistemas e instituições imperfeitas já estabelecidas ao inusitado, exibindo um receio de mudar e uma disposição de conservar a ordem, a tradição.

A disposição conservadora – nata no indivíduo –, impele a atitudes reativas sempre que uma ameaça ronda suas instituições e valores mais caros. Dessa forma, a reação conservadora, “longe de ser apenas uma expressão primitiva do medo e repúdio em face da inovação revolucionária (ou reacionária), será informada

por certos princípios gerais que determinam o tipo de reação conservadora” (COUTINHO, 2014, p. 33).

Há uma disposição natural em conservar aquilo que se estima: pessoas, coisas, lugares. Para o filósofo inglês Michael Oakeshott (1956), existe uma disposição conservadora<sup>2</sup> no indivíduo, que antecede a ideologia ou doutrina. Dessa forma, o conservadorismo seria uma forma de ser e agir que levaria o conservador a preferir aquilo que já está disponível, ao invés de desejar ou buscar algo novo. Assim, um indivíduo de disposição conservadora tende a valorizar primeiro os confortos do presente à qualquer alternativa hipotética, pelo simples fato de serem reais, tangíveis e não uma possibilidade futura que ainda não se concretizou.

Ser conservador, então, é preferir o familiar ao desconhecido, o testado ao nunca testado, o fato ao mistério, o atual ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao abundante, o conveniente ao perfeito, o riso presente à felicidade utópica (OAKESHOTT *apud* COUTINHO, 2014, p. 21).

Manifestação do pragmatismo político, o conservadorismo se adapta, absorvendo o *ethos* político, econômico e cultural dominante. Prevalece, assim, a legitimação do que mantém a ordem, mesmo que seja adotando ideias que sempre combateu. Dessa forma, uma ideologia revolucionária, integrada à ordem burguesa ou na medida em que consolida uma nova ordem política social, tende a se tornar conservadora e pragmática. Esta alternância de posição tratar-se-ia apenas de estratégia de sobrevivência,

Os conservadores defendem a ordem existente, qualquer que seja a sua natureza política, contra o caos e a reforma. Nesta perspectiva, podemos falar em esquerda conservadora: qualquer ordem institucional tende a ser conservadora. Trata-se de garantir a permanência da situação a partir da posição que os agentes políticos ocupam (SILVA, 2010, p. 55).

Nesse sentido, o conservadorismo apresenta uma dimensão existencial que é anterior a qualquer ideologia política. Entretanto, Coutinho (2014) lembra que a disposição conservadora e o conservadorismo político nem sempre coexistem no mesmo indivíduo. Algumas pessoas, mesmo possuindo uma disposição conservadora, não exibem, necessariamente, uma preferência política pelo conservadorismo: “E o inverso também sucede: pessoas de disposição mais radical nas suas personalíssimas condutas que, politicamente falando, subscrevem posições conservadoras” (COUTINHO, 2014, p. 23-24).

---

<sup>2</sup> Formulação de Michael Oakeshott no clássico ensaio “*On Being conservative*” [Sobre ser conservador] em 1956.

## Discurso de ódio

De modo geral, o discurso de ódio – tradução do termo em inglês: *hate speech* – é aquele discurso que promove o ódio e incita a discriminação, hostilidade e violência. Refere-se a qualquer ato de comunicação que diminua, inferiorize uma pessoa, empregando aspectos passíveis de discriminação tais como: gênero, raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, entre outros. Além disso, o discurso de ódio também é empregado para perseguir, insultar e justificar a privação dos direitos humanos podendo, em casos extremos, dar razão a homicídios e genocídios como o holocausto na Alemanha nazista. De acordo com Silva *et al.* (2011), o discurso de ódio

(...) compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. A fim de formar um conceito satisfatório, devem ser aprofundados esses dois aspectos, começando pela externalidade (SILVA *et al.*, 2011, p. 447).

Assim como qualquer expressão discursiva, o discurso de ódio exige a concretização das ideias, isto é, sair do plano mental para o plano fático. Quando não é externado, o discurso é apenas pensamento, emoção, não causando qualquer dano a quem porventura seja alvo. O problema surge quando o pensamento é externado, cedendo lugar à presença da palavra. Concretizado, o discurso realiza seus efeitos nocivos, destacando: ataque à dignidade alheia e violações a direitos fundamentais. Em suma, manifestado publicamente, o discurso de ódio causa o dano.

No âmbito do direito, o discurso de ódio é qualquer discurso, conduta ou gesto, falado, escrito ou representado que possa incitar violência ou externar ação discriminatória contra outrem ou, ainda, ofender ou intimidar pessoas. Existe um consenso internacional sobre a necessidade de proibição do discurso de ódio, considerando-se também que essa proibição não pode ferir o princípio de liberdade de expressão, essencial para a manutenção da democracia.

O discurso de ódio também pode ser dividido em dois atos: o insulto e a instigação. O primeiro refere-se diretamente à vítima, ou seja, a agressão a uma pessoa ou grupo de pessoas que partilham de determinado traço. Enquanto o segundo ato direciona-se a terceiros, não identificados com as vítimas, que são convocados para reforçar o grupo dos agressores, não apenas no discurso, mas também com ações.

Em sua estratégia de persuasão, o discurso de ódio utiliza instrumentos e técnicas da área de publicidade e propaganda para obter adeptos, dentre as quais:

a criação de estereótipos, a substituição de nomes, a seleção exclusiva de fatos favoráveis ao seu ponto de vista, a criação de inimigos, o apelo à autoridade e a afirmação e repetição (BROWN *apud* SILVA *et al.*, 2011, p. 448). Outra estratégia utilizada para aumentar a probabilidade de aceitação desse discurso é a utilização de argumentos emocionais.

Quando uma pessoa dirige um discurso de ódio a outra, a dignidade é vulnerada em sua dimensão intersubjetiva, no respeito que cada ser humano deve ao outro. Mas não só isso. No caso do discurso odioso, vai-se além: é atacada a dignidade de todo um grupo social, não apenas a de um indivíduo. Mesmo que este indivíduo tenha sido diretamente atingido, aqueles que compartilham a característica ensejadora da discriminação, ao entrarem em contato com o discurso odioso, compartilham a situação de violação. Produz-se o que se chama de *vitimização difusa* (SILVA *et al.*, 2011, p. 449).

Os indivíduos ou grupos atingidos pelo discurso do ódio são, invariavelmente, sujeitos em condições de vulnerabilidade, reconhecidos como pertencentes ao grupo não dominante.

## Liberdade de agressão

O objeto de análise deste trabalho é um enunciado contendo um discurso de ódio apresentado em cartaz fotografado durante uma manifestação de rua contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), e divulgado em veículos de comunicação *online* e nas redes sociais na Internet (AMENDOLA, 2015)<sup>3</sup>.

A foto polêmica retrata duas senhoras conversando tranquilamente, sentadas em uma calçada, enquanto uma delas segura um cartaz improvisado. Na folha de cartolina branca, lê-se a frase manuscrita: “Porquê não mataram todos em 1964”. Embora exiba erros de gramática, a mensagem é clara e contundente, referindo-se ao ano de início da ditadura militar e o desejo de morte a **todos**.

Importante noção no âmbito da análise do discurso, as condições de produção (doravante CP) trazem para o discurso os lugares sociais e suas representações, e também as relações de força e as relações de mundo da sociedade, independente da dimensão contextual – estrita ou ampla.

Como afirma Brandão (2004, p. 105), as CP “constituem a instância verbal de produção do discurso, o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de

---

<sup>3</sup> Fonte pesquisada: **Pragmatismo Político**. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/por-que-nao-mataram-todos-em-1964-porque-nao-mataram-todos-em-1964.html>. Acessado em: 19 nov. 2018.



onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente”. Conforme Orlandi (2010), o sentido estrito das CP refere-se ao contexto imediato da enunciação, enquanto o sentido amplo inclui os contextos sócio-históricos e ideológicos. As CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também o imaginário produzido pelas instituições, sobre o **já-dito**, sobre a memória. Para Orlandi (2010), a memória do dizer refere-se ao interdiscurso, ou seja, ao exterior constitutivo do discurso:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras (ORLANDI, 2010, p. 33-34).

O contexto imediato da enunciação desse discurso – CP em sentido estrito – refere-se às manifestações de rua que ocorreram por o todo país contra o governo Dilma em 16 de agosto de 2015. Neste dia, de acordo com os institutos de pesquisa, mais de cem mil pessoas estiveram na Avenida Paulista, em São Paulo<sup>4</sup>, onde a foto foi realizada e o público era majoritariamente branco, com escolaridade e renda salarial média superior à média nacional. A senhora que na foto está portando o cartaz, assim como sua interlocutora, é branca, aparenta ter mais de sessenta anos e pertencer à classe média, enquadrando-se no perfil médio dos manifestantes.

As CP em sentido amplo abrangem, além do contexto sócio-histórico, também do imaginário produzido pelas instituições, sobre o **já-dito**, sobre a memória. Dessa forma, é possível identificar disputas políticas recentes – pós-redemocratização – nas quais prevaleceram a polarização política entre dois projetos políticos distintos, capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A memória coletiva também é acionada ao referenciar as grandes passeatas políticas realizadas, em sua maioria, pela classe média paulista contra o governo do presidente João Goulart, que antecederam o golpe militar de 1964. Como afirma Aquino (2004, p. 52): “É indubitável que a conspiração teve a importante presença de membros da sociedade civil, que as camadas médias da sociedade apoiaram implícita ou explicitamente o golpe [...]”.

O sociólogo Cláudio Coelho (2014) entende que:

---

<sup>4</sup> Datafolha – Instituto de Pesquisas. 16/08/2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. Acessado em: 19 nov. 2018.

O golpe de 1964, no Brasil, inaugurou um período histórico decisivo, dentro do processo de transformação da burguesia em classe dominante, ou seja, da Revolução Burguesa. A partir desse momento, a burguesia passou a controlar o poder de Estado, ainda que por intermédio da ocupação das principais instituições do aparelho de Estado pelas forças armadas (COELHO 2014, p. 71).

Para Orlandi (2010), os dizeres não são apenas mensagens passíveis de decodificação, mas efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas, e que deixa vestígios no modo como se diz,

São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2010, p. 30).

Por outro lado, os sentidos também são produzidos a partir da memória, da história. Assim, o não-dito na sequência discursiva aqui analisada remete à repressão que se seguiu ao golpe de 1964. De acordo com Edson Teles: “No Brasil, tivemos uma longa ditadura instaurada com o golpe militar de 1964 e que, desde seu início, optou por reprimir brutalmente os opositores e praticar violações aos direitos fundamentais” (2010, p. 299-300). Para Cláudio Coelho (2004, p. 32), “A dimensão fortemente repressiva da ação do Estado durante a ditadura militar, particularmente durante a vigência do AI-5, é consequência da incapacidade da burguesia de exercer sua hegemonia sobre a sociedade civil, sobre os aparelhos ideológicos de Estado”. Janaína Teles lembra que, “A necessidade da difusão da ‘cultura do medo’ auxiliou no estabelecimento de critérios para a ocultação ou divulgação das notícias sobre a tortura, os mortos e os desaparecidos políticos” (2010, p. 257). Apesar das tentativas de ocultação, os horrores da ditadura persistem na memória coletiva.

Nas margens do texto é possível identificar quem são **todos** – referenciados no cartaz – o que deveriam ter sido eliminados: os que se opuseram à ditadura militar, aqueles que lutaram contra o regime e sobreviveram. Como lembra Vladimir Safatle,

Na verdade, o totalitarismo é fundado nessa violência muito mais brutal do que a eliminação física: a violência da eliminação simbólica. Neste sentido, ele é a violência da imposição do desaparecimento do nome. No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma (2010, p. 238).

Além da presidente Dilma Rousseff, que foi presa, torturada, também os comunistas e militantes de esquerda – o não-dito complementar ao dito –, são referenciados com a expressão **todos**, uma vez que esses agrupamentos político-ideológicos sempre foram combatidos e perseguidos pelas elites conservadoras e antidemocráticas.

A constituição dos sentidos e dos sujeitos do discurso se dá em processos, onde coexistem os jogos simbólicos – o que não temos o controle – e o equívoco, por meio do trabalho da ideologia e do inconsciente. Dessa maneira, pode-se afirmar que as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual. Assim, o semblante tranquilo das duas senhoras, que sustentam um desejo de morte coletiva, reflete a visão de mundo de parte da sociedade brasileira, num dado momento do contexto político-social.

Por outro lado, entende-se que o discurso é o lugar de reprodução dos discursos das classes e das frações de classe. Assim, as visões de mundo se materializam na linguagem em suas diferentes manifestações: a verbal, a visual, a gestual etc. A maneira de pensar o mundo, numa dada época, subordina-se aos temas e figuras estabelecidos por essas visões de mundo. Para Charaudeau (2011), a política é um verdadeiro campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica, visando estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. O discurso político objetiva, assim, influenciar as opiniões a fim de obter adesões às propostas que defende, ou rejeições aos projetos adversários.

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso (CHARAUDEAU, 2011, p. 39).

Na sequência do trabalho serão apresentadas algumas hipóteses para a origem desse discurso de ódio.

## O *outro* como ameaça

Assim como o medo é o resíduo e a antecipação da morte, segundo Mira y López (1996, p. 73) “a Ira é a expressão do protesto vital contra aquele, já que

pretende expulsar o mal-estar letal, descarregando-o para o exterior”, e complementa o autor: “não se pode sentir a Ira, sem antes haver sentido Medo” (MIRA y LÓPEZ, 1996, p. 76).

Sempre que se vê ameaçada, uma população procura uma explicação para sua desventura, “Encontrar causas de um mal é recriar um quadro tranquilizador, reconstituir uma coerência da qual sairá logicamente a indicação de remédios” (DELUMEAU, 2009, p. 201). Acusar outrem é o primeiro movimento e também o mais natural nessas situações, “Nomear culpados era reconduzir o inexplicável a um processo compreensível” (DELUMEAU, 2009, p. 204). O **outro** desperta desconfiança, pois pertence a um universo diferente. Quando o indivíduo se vê ameaçado – ou se crê ameaçado –, portanto, quando sente medo, tem a tendência a ver inimigos por todos os lados, principalmente entre aqueles que são diferentes, que pensam diferente. Manifesta-se, então, o medo do **outro**. Para Delumeau (2007, p. 45-46), “A raiz disso se encontra na tensão provocada entre pessoas que não se conhecem, ou que se conhecem mal, que vêm de fora, que não se parecem conosco e que, sobretudo, não vivem da mesma maneira que vivemos”.

Além das apreensões oriundas das profundezas do indivíduo, como medo da morte motivado por perigos concretos, como enchente, terremotos, epidemias, deve-se considerar, também, os medos chamados culturais ou secundários. Estes invadem tanto indivíduos como coletividades, fragilizando-os. Nesse sentido, Bauman (2006) entende que uma pessoa

(...) que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão. (BAUMAN, 2006, p. 9).

Constituído social e culturalmente, o medo secundário orienta o comportamento humano, reformando sua percepção do mundo e as expectativas que orientam suas escolhas comportamentais, mesmo na ausência de uma ameaça imediatamente presente. Bauman (2006, p. 9) considera o medo secundário como um rastro de uma experiência de enfrentamento de ameaça real, direta, vivida pelo indivíduo, “um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade”.

Para Marilena Chauí (2009, p. 67), “o medo ao humano, sob os efeitos da divisão social e política, cria na imaginação política dos dominados o medo ao governante e, neste, o medo à plebe”. Nas classes dominadas predomina o medo dos castigos e suplícios infligidos aos dissidentes e contestadores, bem como a perda de favores e recompensas que são ofertadas aos coniventes e submissos. Já nas classes

dominantes também há medo: medo da revolta, da desobediência, de perder o poder e os privilégios. As duas classes fundamentais são: capital e trabalho, entendidas como classe dominante e dominada, exploradora e explorada.

Embora exista a heterogeneidade de formas de capital, para Montañó e Duriguetto (2010, p. 93) as formas de obtenção e acumulação de riqueza “não escondem, porém, o caráter geral da classe capitalista: sustenta-se na apropriação da riqueza produzida pelo trabalho alheio”. Os autores entendem “as lutas pela igualdade de direitos de gênero, sexual, racial, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos humanos, por demandas pontuais de uma comunidade, como lutas diferentes (nos seus campos de atuação, na sua organização, nos seus objetivos), mas *constitutivas das lutas de classes*” (MONTAÑO e DURIGUETTO 2010, p. 119).

Por que se teme a plebe? Se ela é covarde, facilmente enganável, fácil de ser persuadida, se ofusca pelo brilho e oprime pela ambição, não há por que temê-la. Entretanto, no imaginário político a plebe é volúvel, tendendo à anarquia, por isso, necessita temer para não fazer tremer, como afirma Chauí (2009):

O medo é companheiro de secretos ódios e, crente na força do número, a plebe poderia perder o temor, derrubando quem ousa governá-la. Assim, tanto a classe dirigente declinante quanto a ascendente encaram o medo que atribuem a plebe como risco permanente de tumulto, sangue, revolta e sedição (CHAUI, 2009, p. 41-42).

Nessa primeira hipótese, o discurso de ódio tem origem no medo do *outro*, no receio que o **outro** revolucione a sociedade.

## Ódio à democracia

De maneira geral, para Jacques Rancière (2014), os sistemas políticos anteriores à democracia – e que persistem de maneira esporádica – conferiam a legitimidade dos governantes em dois tipos de títulos: a filiação – associada à superioridade de nascença – e a riqueza. Com a democracia grega, entra em cena o princípio do sorteio que subverte a ordem vigente, deslocando para o âmbito da aleatoriedade a responsabilidade de governar e legislar. Qualquer cidadão fica habilitado a governar, independente do nome de sua família ou de suas posses. Neste sentido, Rancière (2014) questiona os princípios do modelo democrático representativo, invenção moderna que o autor considera paradoxal, devido ao seu distanciamento em relação à democracia antiga. Assim, o sistema ancorado na representação seria um regime de funcionamento do Estado com base parlamentar-constitucional, que teria como fundamento primordial o privilégio das elites – que

sempre temeram a multidão –, e sua pretensão de governar em nome do povo, mas sem a participação direta deste.

O argumento de que a representação foi criada para amenizar o impacto do crescimento populacional sobre a democracia direta é combatido pelo autor, que afirma que a representação foi criada para assegurar aos privilegiados os mais altos graus de representatividade.

A evidência que assimila a democracia à forma de governo representativo, resultante da eleição, é recente na história. A representação é, em sua origem, o exato oposto da democracia. Ninguém ignorava isso nos tempos das revoluções norte-americana e francesa. Os Pais Fundadores e muitos de seus seguidores franceses viam nela justamente o meio de a elite exercer de fato, em nome do povo, o poder que ela é obrigada a reconhecer a ele, mas ele não saberia exercer sem arruinar o próprio princípio do governo (RANCIÈRE, 2014, p. 70).

Alçada artificialmente à condição de lei histórica inelutável – contra a qual seria inútil lutar – a retórica liberal ratifica a pretensão de se governar sem divergências de ideias, isto é, governar sem povo ignorante que questiona o discurso pseudocientífico apresentado pelos arautos do liberalismo. Dessa forma, estabelece-se uma contradição: a autoridade do governante necessita ser legitimada pela escolha popular no sufrágio universal, porém, as decisões políticas e econômicas consideradas certas devem emergir do conhecimento técnico e objetivo de especialista, intolerantes aos argumentos contrários. Disso decorre que propostas oriundas de outras correntes ideológicas são imediatamente taxadas de atrasadas e ignorantes.

O “governo de qualquer um” está fadado ao ódio infundável de todos aqueles que têm de apresentar títulos para o governo dos homens: nascimento, riqueza ou ciência. Hoje, está mais radicalmente fadado a isso do que nunca, porque o poder social da riqueza não tolera mais entraves ao seu crescimento ilimitado e porque seus móveis estão cada dia mais estreitamente articulados aos da ação estatal (RANCIÈRE, 2014, p. 119-120).

A relação da democracia com o poder da filiação e da riqueza não é natural, não se fundamenta em nenhuma natureza das coisas e nem surge de uma necessidade histórica. Por estar entregue apenas à constância de suas próprias resoluções, “A coisa tem por que suscitar medo e, portanto, ódio, entre os que estão acostumados a exercer o magistério do pensamento” (RANCIÈRE, 2014, p. 122).

A segunda hipótese para a origem do discurso de ódio revela a distância entre o desejo da democracia e sua aceitação. Impossível aceitar a vontade da maioria,

expressa nas eleições, quando essa afronta os privilégios e interesses das classes dominantes.

## A mídia e o ódio espetacularizado

Para atingir seus objetivos e causar dano, o discurso de ódio precisa ser veiculado por um meio comunicacional que, dependendo do poder difusor do veículo, pode ser menos ou mais nocivo. Embora a evolução dos meios de comunicação e das tecnologias da informação propicie intenso intercâmbio entre as pessoas, democratizando a informação, por outro lado, também potencializa o alcance dos conteúdos perniciosos, como o discurso de ódio. Como lembra Ezequiel (2015, p. 118): “A mídia, como produtora de informações, coloca-se como fonte geradora de sistemas de representação da realidade, utilizada para compreender a sociedade”.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento constitui-se, preferencialmente, a partir da recepção das formas simbólicas veiculadas pela mídia. A prevalência das tecnologias de comunicação e a facilidade de acesso à informação afetam a vida no espaço público, conferindo cada vez mais importância à mídia. Para Vera Chaia (2004a):

A mídia deve ser analisada nesta diversidade de possibilidades: informando e formando a opinião pública. As representações construídas pela mídia tornaram-se fundamentais nas experiências individuais e sociais na contemporaneidade (CHAIA, 2004a, p. 23).

Em relação ao medo coletivo, talvez esta seja a manifestação mais importante para explicar a relação mídia e medo, pois o que é veiculado no discurso da mídia pode influenciar a coletividade, ou parte dessa, vide temas como: crise, inflação, desemprego, comunismo. O rumor<sup>5</sup> propagado pela mídia tende a aumentar a sensação de insegurança, favorecendo a emergência de comportamentos agressivos que escapam ao controle crítico. Dessa forma, no plano coletivo é possível evidenciar o mesmo comportamento verificado no plano individual: o elo entre angústia e medo de um lado e agressividade de outro. É nesse sentido, entende Chaia (2004b, p. 31), que se deve analisar a mídia, “enquanto produtora de conhecimento e geradora de construções especiais que trabalham com a ideia do medo e constroem

---

<sup>5</sup> De acordo com Delumeau, “Um rumor nasce, portanto, sobre um prévio de inquietações acumuladas e resulta de uma preparação mental criada pela convergência de várias ameaças ou de diversos infortúnios que somam seus efeitos” (2009, p. 269).

representações sociais que estimulam esse sentimento, seja na programação diária, seja nos telejornais e no tipo de cobertura jornalística realizada por esses meios.”

Os fundamentos da crítica de Debord (2004) são à vida cotidiana e à generalização do fetichismo da mercadoria, que invadiu todos os espaços da vida em sociedade. A mercantilização de tudo produz o espetáculo ininterrupto. Nele, o tempo, o espaço, o lazer, a comunicação, a cultura e tudo o mais é perpassado pela alienação. Para Debord (2004, p. 14): “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”.

De acordo com Debord (2004, p. 13), no plano das técnicas, a imagem construída pode se tornar a principal ligação do indivíduo com o mundo real que ele vivenciava por si mesmo. Na sociedade espetacular não há mais espaço para vivermos nossas próprias experiências, são os modelos que vivem em nosso lugar: “tudo o que era vivido diretamente torna-se uma representação”.

Os meios de comunicação, na chamada sociedade da informação, representam um campo privilegiado na disputa pela hegemonia. Segundo Coelho e Castro (2006, p. 18), “o triunfo da sociedade do espetáculo corresponde a monopolização da aparência pela classe dominante e seus funcionários (os que pensam/agem a seu serviço)”.

Terceira hipótese para a origem do discurso de ódio, o rumor criado e mantido pela mídia hegemônica mobiliza as populações, gerando inquietações e confrontos sociais.

## Conclusão

Sabe-se que em uma sociedade democrática, o controle político-administrativo do Estado está em permanente disputa. Assim, estabelecem-se consensos e dissensos no âmbito da sociedade, tendo as relações de poder condicionadas pela ordenação capitalista do mundo, revelando-a, ainda, luta de classes.

Ainda que as agressões políticas e pessoais identificadas nas manifestações contra Dilma Rousseff sejam consideradas apenas estúpidas ou grosseiras, elas incitam a violência, precarizando a democracia. Contraditoriamente, utilizam-se da democracia para destruí-la, propagando o ódio. Embora alguns acreditem que este comportamento seja uma característica própria do exercício político, na realidade é a sua antítese, sua negação.

Se, como afirma Hobbes (1979), o medo foi o produtor de racionalidade que permitiu a saída do homem da barbárie, a gênese e necessidade da racionalidade instrumental voltada para a dominação da natureza, segundo Adorno e Horkheimer (1985), aparecem como reação ao sentimento do medo. Por outro lado, a relação do medo com a razão, descrita por Rancière (2007), permite três diferentes atitudes:



a fuga, a recusa ou a interação com essa paixão humana, sendo essa última, a interação, a atitude identificada nas sequências discursivas analisadas nesse trabalho.

Conclui-se que a intolerância observada nas manifestações, retira do indivíduo sua capacidade de percepção do **outro** como seu igual que possui direito de expor sua opinião e defender sua visão de mundo. Esta é a primeira etapa da manifestação do ódio, que aponta para um núcleo de crenças que resulta em uma identidade coletiva – com ausência de qualquer reflexão – e incentiva ações de violência e práticas discriminatórias.

Neste contexto de espetacularização (DEBORD, 2004) da política, desaparecem as demandas políticas como objeto de disputa na sociedade, e sobressaem os escândalos públicos e privados envolvendo personalidades políticas, favorecendo manifestações emocionais em detrimento da racionalidade. Precariza-se a ordem democrática, esvaziando a noção de política.

### **CONSERVATIVE THINKING AND MANIFESTATIONS OF HATRED IN THE BRAZILIAN POLITICAL SCENE**

**ABSTRACT:** *This work analyzes the hate speech present in the demonstrations against the government of Dilma Rousseff and points to the possible causes of this hatred. Besides a conceptual approach of the subject, the paper analyzes an actual instance of hate speech. The main theoretical-methodological orientation of this work is the French Discourse Analysis, understanding the political discourse (Charaudeau) as the enunciation of an era. The thesis of the Society of the Spectacle (Debord) conducts a critical analysis of the corpus. It was concluded that hate speech expresses an intimate relationship with the fear permeating the political dispute between classes and class fractions in Brazil.*

**KEYWORDS:** *Hate speech. Conservatism. Fear. Hatred. Spectacle.*

### **EL PENSAMIENTO CONSERVADOR Y LAS MANIFESTACIONES DE ODIOS EN LA ESCENA POLÍTICA BRASILEÑA**

**RESUMEN:** *En este trabajo se examina el discurso de odio presente en las manifestaciones contra el gobierno de Dilma Rousseff (2011-2016) y apunta a posibles causas de ese odio. Además del enfoque conceptual del tema, la investigación analiza un caso concreto de discurso de odio. La principal orientación teórico-metodológica de este trabajo es el Análisis de Discurso de línea francesa,*

*entendiendo el discurso político (Charaudeau) como enunciación de una época. Las tesis de la Sociedad del Espectáculo (Debord) conducen el análisis crítico del corpus. Se concluyó que el discurso de odio expresa íntima relación con el miedo que impregna la disputa política entre clases y fracciones de clase en Brasil.*

**PALABRAS CLAVE:** *Discurso de odio. Conservadurismo. Miedo. Odio. Espectáculo.*

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AQUINO, Maria Aparecida. Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambiguidades, especificidades. **Communicare**, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 45-58.

AMENDOLA, Gilberto. Por que não mataram todos em 1964? (porquê não mataram todos em 1964). **Pragmatismo Político**. Publicado em 19 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/por-que-nao-mataram-todos-em-1964-porque-nao-mataram-todos-em-1964.html>>. Acessado em 19 nov. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 8. ed. Brasília: UNB, 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2ª. ed., São Paulo: Unicamp, 2004.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In: Rubim, A. A. C. (Org). **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil**. São Paulo: Hacker, 2004a, p. 29-52.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e política**. São Paulo: Hacker, 2004b.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto (Org). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 35-75.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Cláudio N. P. A indústria cultural, a publicidade e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. **Communicare**, v. 4, n. 2, São Paulo: Cásper Líbero, 2004, p. 29-39.

\_\_\_\_\_. **Teoria crítica e sociedade do espetáculo**. Jundiaí: In House, 2014.

COELHO, Cláudio N. P; CASTRO, Valdir J. de (Orgs.). **Comunicação e Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Ed. Paulus, 2006.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

DATAFOLHA – Instituto de Pesquisas. 16/08/2015. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. Acessado em: 19 nov. 2018.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1ª. ed. 5ª. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto. (Org). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Senac, 2007, p. 39-52.

\_\_\_\_\_. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EZEQUIEL, V. C. Discurso do medo e o ódio político na disputa eleitoral brasileira de 2014. **Aurora**. v. 8, n. 23, p. 98-119, jun-set/2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MIRA y LÓPEZ, Emílio. **Quatro gigantes da alma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MONTAÑO, Carlos.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

OAKESHOTT Michael. **“On Being conservative”** [Sobre ser conservador], 1956. Disponível em: <<http://ringmar.net/politicaltheoryfornomads/index.php/michael-oakeshott-on-being-conservative-1956/>>. Acessado em: 19 nov. 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. Do medo ao terror. In: NOVAES, Adauto. (Org). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Senac, 2007, p. 53-71.

\_\_\_\_\_. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, E.; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.

SILVA, Antônio Ozaí. O pensamento conservador, **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, 2010, p. 53-55.

SILVA, Rosane Leal da *et al.* Discurso do ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.7, n. 2, p. 445-467, jul./dez. 2011.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, E.; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 299-318.

TELES, Janaína de A. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “justiça e verdade” no Brasil. In: TELES, E.; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.

Recebido em 17/03/2017.

Aprovado em 09/09/2018.